



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
1º. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 20.09.2008

QUESTÕES

ATENÇÃO: Responda as questões somente na folha específica de cada matéria (frente e verso), observando o número de linhas nela contido.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1) Considerando os critérios de repartição de competência material e comum inscritos na Constituição Brasileira de 1988, no tocante ao fornecimento de medicamentos, que ente federativo deve ser o responsável pela sua prestação? E como se posiciona a jurisprudência sobre o tema? (15 pontos)
- 2) Avalie a constitucionalidade de projeto de lei, de iniciativa parlamentar, que autorize o Poder Executivo a majorar, por decreto, o piso remuneratório dos professores do Estado (15 pontos).

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 3) Discorra sobre o princípio da segurança das relações jurídicas, abordando os aspectos objetivo e subjetivo (15 pontos).
- 4) Diante da ociosidade de um dos andares do edifício-sede de uma empresa pública estadual prestadora de serviço público essencial, seu presidente decide admitir a utilização remunerada deste bem por terceiro. Responda justificadamente:
 - a) O bem é público ou privado? (5 pontos)
 - b) O instrumento que formaliza tal utilização é um contrato administrativo ou de direito privado? (5 pontos)
 - c) Há obrigatoriedade de licitação? (5 pontos)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 5) O Procurador-Geral de Justiça ajuizou representação por inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça, questionando lei estadual que impôs às concessionárias de serviço público o cumprimento de determinada obrigação de fazer, sob pena de multa. A liminar foi indeferida. Concomitantemente, uma concessionária de serviço público estadual impetrou mandado de segurança contra o Governador do Estado, distribuído para a Vara com competência de Fazenda Pública na Comarca de Niterói, pretendendo a concessão da ordem para impedir a aplicação da referida lei. Apresente, objetivamente, quais os argumentos processuais que podem ser utilizados para a defesa do Estado no mandado de segurança (20 pontos).
- 6) Distinga conexão, continência, litispendência e coisa julgada (10 pontos).



**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
2º. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 28.03.2010**

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1- Maria impetra mandado de segurança contra ato do Tribunal de Contas do Estado, que negou registro à sua pensão, decorrente do óbito de seu marido João, servidor público estadual, ocorrido em 2005. De acordo com o TCE, a pensão foi fixada em desacordo com a Constituição, uma vez que correspondia à totalidade da última remuneração percebida pelo servidor. Maria, na petição inicial, sustenta seu direito à pensão integral e alega violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, tendo em vista que não foi previamente intimada a pronunciar-se. Considerando que os vencimentos de João eram superiores ao teto de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, analise a pretensão de Maria. (50 pontos)
- 2- Analise a possibilidade de ser efetuado controle concentrado de constitucionalidade sobre medida provisória que autoriza a abertura de crédito orçamentário de natureza extraordinária. (50 pontos)

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1- Ônibus da empresa XPTO, concessionária de serviço público, colide com um veículo particular, causando danos a pessoas que estavam dentro do ônibus e também no referido veículo. João, passageiro do ônibus, e Maria, motorista do carro particular, ajuizam ações indenizatórias em face da empresa XPTO. Analise a possibilidade de responsabilização civil da concessionária nas duas ações, abordando qual ou quais as teorias aplicáveis. (50 pontos)
- 2- O Estado do Rio de Janeiro repassa recursos para uma entidade do terceiro setor que, para realizar as obrigações previstas no ajuste, tem que adquirir bens e serviços. Pergunta-se: a entidade do terceiro setor é obrigada a realizar licitação formal seguindo literalmente o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93? (50 pontos)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1- O DETRAN/RJ, citado para responder ação que tramita sob procedimento sumário, protocoliza contestação antes da data designada para audiência, requerendo ainda a retirada do processo de pauta, entendendo que a matéria versada dispensa instrução probatória. Analisando as peculiaridades do rito sumário, poderia o juiz dispensar a realização da audiência? (60 pontos)
- 2- À luz da atuação dos entes públicos na tutela de direitos coletivos, discorra sobre as espécies de legitimidade do Estado do Rio de Janeiro na utilização da ação civil pública. (40 pontos)